

29 JUN 1995

O GLOBO

Professoras no Maranhão

DOMINGOS DUTRA

Têm sido constantes as denúncias, nunca apuradas, dos baixos salários pagos aos trabalhadores por prefeituras do Maranhão. Resolvi verificar, e constatei que a realidade é pior do que imaginava. Há profissionais naquele estado que recebem mensalmente R\$ 4,70, valor insuficiente até mesmo para uma refeição decente. Eles não recebem, pagam para trabalhar. A situação é mais do que ilegal; é imoral e inaceitável, pois além de afrontar a Constituição, que garante o salário-mínimo a todo trabalhador, constitui um desrespeito à dignidade do profissional.

A situação foi verificada no levantamento realizado com a ajuda dos servidores, sindicatos e prefeituras. Foram levantados os salários pagos a professoras normalistas e leigas, vigias e zeladores em 77 municípios, mais da metade dos 136 existentes no estado. Os valores são de salários pagos em algum dos três primeiros meses deste ano, quando o salário-mínimo em vigor era R\$ 70,00.

O salário mais baixo pago às professoras foi verificado nos municípios de São Benedito do Rio Preto, que chega a pagar R\$ 6,34 às normalistas, que cursaram o magistério, e R\$ 4,23 às leigas, que possuem apenas o Primeiro Grau; Lago Verde, cujas normalistas recebem R\$ 12,00, e leigas, R\$ 8,00; São João Batista, onde as normalistas ganham R\$ 13,00 e as leigas, R\$ 11,00; Urbano Santos, que paga R\$ 17,00 às normalistas e R\$ 8,00 às leigas. Apenas dez municípios, entre os verificados pelo levantamento, pagam o salário-mínimo ou mais.

Não é apenas o baixo salário o problema que as professoras enfrentam, mas também a falta de condições para o exercício da profissão. Em muitos locais, especialmente na Zona Rural, sequer existe escola, e elas são

obrigadas a dar aula na própria casa, transformada em sala de aula improvisada.

Não é só isso. Há professoras da Zona Rural que são obrigadas a se deslocar até 40 quilômetros para receber o pagamento. Muitas vão a pé; outras, a cavalo. O aluguel do animal chega a 50% do salário a ser recebido. São também comuns os atrasos de pagamento; em Presidente Dutra, professoras ficaram sem receber durante três meses entre o final do ano passado e o início deste, segundo o vereador José Nunes Martins.

■ ■ 30% dos prefeitos do Maranhão não vivem nos municípios pelos quais foram eleitos ■ ■

Um grande número de professoras não recebe contracheque; como documento probatório há apenas um pedaço de papel no qual assinam atestando que receberam, o que facilita a ocorrência de fraudes por parte das prefeituras.

É difícil imaginar que estímulo pode ter um profissional que recebe R\$ 6,34 mensais. Se um salário como esse impossibilita que uma pessoa garanta sua subsistência, muito menos será possível a compra de livros e jornais para sua formação intelectual e atualização. Com certeza ela mal ensina à criança a ler e a escrever. As consequências, portanto, não recaem apenas sobre as professoras, mas também sobre os estudantes. Nesse sentido, os baixos salários pagos são também uma afronta ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à educação, "visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Enquanto o problema salarial não for resolvido, perde sentido discutir apenas as novas pedagogias, ensino à distância e outras modernizações visando à melhoria do ensino. A modernização, tão necessária, pressupõe também o pagamento de salários dignos.

Em artigo publicado no jornal "Correio Braziliense", em sua edição de 16 de abril último, a professora Maria Francisca R. Teles, de São Benedito do Rio Preto e que recebe R\$ 13,45, resume bem a situação: "Verdadeiramente não tenho condições de preparar ninguém para a vida. O que eu ganho não é suficiente para eu viver."

A situação dos vigias e zeladores não é menos grave. Em Urbano Santos, há profissionais dessas áreas que recebem entre R\$ 4,00 e R\$ 6,00; em São Benedito do Rio Preto, eles ganham R\$ 4,70 mensalmente. Não dá para imaginar como alguém sobrevive com esse salário.

A falta de recursos é o principal argumento apresentado pelas prefeituras para justificar os baixos salários. É verdade que muitas delas dependem quase que exclusivamente do dinheiro recebido do Fundo de Participação dos Municípios. Mas em muitos casos a má utilização dos recursos é responsável pela situação. Não é só isso. A falta de compromisso de muitos administradores com os interesses da população local é tanta que 30% dos prefeitos do Maranhão não vivem nos municípios pelos quais foram eleitos, mas em São Luís.

Entrei junto à Procuradoria-Geral da República com representação solicitando providências que possam garantir, pelo menos, o pagamento de salário-mínimo. Se essa situação permanecer será impossível pensar o desenvolvimento do estado, que vem se recusando a preparar intelectualmente sua população.

Domingos Dutra é deputado federal pelo PT do Maranhão.